

**Dispõe sobre as condições para a  
realização e análise de exames  
genéticos em seres humanos.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as condições para a  
realização e análise de exames genéticos em seres humanos.**

**Art. 2º A análise de material genético em seres  
humanos para determinação de paternidade, vínculos  
biológicos e doenças genéticas obedecem ao disposto nesta  
lei.**

**Art. 3º Para efetuar os exames de determinação de  
vínculo genético, o laboratório deve estar capacitado e  
aparelhado para a prática de genética molecular, de acordo  
com o que dispuser o Regulamento Técnico, por intermédio de  
órgão que será responsável pela fiscalização de seus  
equipamentos, das técnicas utilizadas e da capacidade  
técnica dos peritos, respeitada a legislação sanitária  
vigente.**

**Art. 4º Os responsáveis técnicos devem seguir o  
procedimento previsto para o exame em regulamento  
complementar, sendo permitido, quando for o caso, o  
acompanhamento das partes, por intermédio de assistentes  
técnicos admitidos pelo Juízo.**

**Art. 5º A assinatura dos laudos, dos atestados e  
dos resultados de exames provenientes da análise de  
material genético humano compete a profissionais graduados  
em qualquer das ciências da vida humana, com a respectiva  
especialização, na forma da regulamentação, e que pertençam**

ao corpo societário ou ao quadro de funcionários do laboratório, público ou privado.

Parágrafo único. Excepcionalmente, em caráter temporário, o laboratório público credenciado poderá contratar o profissional responsável pela assinatura referida no *caput*.

Art. 6º A utilização dos dados genéticos com a finalidade de proceder ao aconselhamento genético compete aos profissionais indicados no art. 5º.

Parágrafo único. O aconselhamento genético clínico deve ser exercido por médico.

Art. 7º Para os exames de determinação de vínculo genético é obrigatório o consentimento prévio, livre e informado do periciado ou de seu representante legal, ou autorização judicial.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,        de junho de 2012.

MARCO MAIA  
Presidente